

O IMPACTO DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 SOBRE O EMPREGO FORMAL EM PELOTAS-RS

NEWTON SOARES MOTA¹; **PEDRO HENRIQUE GUATURA DARLAN²**;
FRANCISCO EDUARDO BECKENKAMP VARGAS³

¹*Universidade Federal de Pelotas – newtonskateordie@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – pedrodarlan01@outlook.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – franciscoebvargas@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da crise sanitária da pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do município de Pelotas-RS, no primeiro semestre de 2020, identificando a movimentação do emprego formal, regido pela Consolidação das Leis de Trabalho, nesse período de crise. Os parâmetros para o desenvolvimento deste trabalho são fruto das atividades desempenhadas no Observatório Social do Trabalho de Pelotas, em decorrência da atuação como bolsista de extensão desde o primeiro semestre deste ano.

O Observatório Social do Trabalho, vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas, foi criado com o objetivo de analisar o mercado de trabalho na região sul do Estado do Rio Grande Sul, tornando-se um canal de interação entre a sociedade, a academia e as instituições públicas no monitoramento dos mercados locais de trabalho e na reflexão sobre a questão do emprego.

De acordo com Vargas,

[...]Por “questão do emprego” define-se um conjunto de dilema sociais e econômicos vinculados à quantidade e qualidade de empregos disponíveis em uma determinada sociedade e sistema econômico. De um ponto de vista sociológico, a questão do emprego supõe um processo histórico de formação, consolidação e generalização do trabalho assalariado e das relações sociais de produção capitalista. Nas sociedades modernas, o “emprego”, como forma específica de trabalho, apresenta-se não apenas como um fator de produção decisivo e subordinado à dinâmica de um mercado de trabalho. Ele se apresenta, igualmente, como um meio fundamental para os trabalhadores de acesso a uma fonte regular de rendimento econômico, a um conjunto de direitos e proteções sociais, bem como ao reconhecimento social. Nestes termos, a questão do emprego apresenta-se, também, como uma “questão social” de enorme envergadura. (VARGAS, 2012, p.93)

No Brasil, as relações de trabalho mudaram profundamente com o processo de industrialização do país e de avanço da modernização capitalista, resultando, porém, na produção de fortes desigualdades e exclusão social (COMIN, 2015). Isso vai refletir no desenvolvimento de um mercado de trabalho que, ao mesmo tempo em que é capaz de gerar grande quantidade de novos postos de trabalho, de expandir o emprego formal e os direitos sociais, também produz uma elevada precariedade

estrutural do trabalho, uma situação de forte informalidade no trabalho, na qual os trabalhadores não têm acesso aos direitos e proteções sociais instituídos.

Após a crise dos anos 1980 e 1990, assistiu-se, nos anos 2000, a um novo período de recuperação e crescimento econômico no Brasil, de expansão do emprego formal, com uma correspondente redução do desemprego e da informalidade, ainda que essas mudanças tenham sido marcadas também pela precarização decorrente da expansão das reformas liberais de flexibilização das relações de trabalho, com intensificação das terceirizações e subcontratações e ampliação das diversas formas de contratação atípicas (temporárias, parciais). Porém, esse período de melhoria dos indicadores de mercado de trabalho durou até 2014, quando uma nova crise econômica assola o país em 2015-2016, trazendo consequências desastrosas para o mercado de trabalho desde então, tais como estagnação econômica, desemprego e informalidade.

Essas oscilações no mercado de trabalho vão ser observadas também na região sul do Rio Grande do Sul, em Pelotas e Rio Grande, onde essa crise apresentou-se ainda mais acentuada devido à crise do polo naval de Rio Grande. A suspensão dos investimentos da Petrobras na indústria naval brasileira, em função das investigações realizadas no âmbito da operação lava jato, resultaram na desestruturação do polo naval local, o que implicou forte perda de empregos nos anos de 2016 e 2017. Nos anos seguintes, o crescimento econômico é retomado, mas em patamares muito baixos, consolidando-se, em nível regional, um cenário de baixa geração de empregos formais, de elevado desemprego e informalidade.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar o mercado de trabalho de Pelotas, levando em conta o contexto, ainda mais negativo, de chegada da pandemia da COVID-19, o que provoca fortes impactos no mercado de trabalho e na vida dos trabalhadores e trabalhadora da região sul do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Os dados analisados e apresentados neste trabalho são retirados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ferramenta disponibilizada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia, que divulga dados relativos à movimentação mensal do emprego formal celetista, isto é, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A partir dessa ferramenta, encontram-se os dados que são coletados e organizados a partir das informações prestadas pelas empresas ao governo federal, relacionadas à movimentação do emprego formal: admissões, desligamentos e saldos.

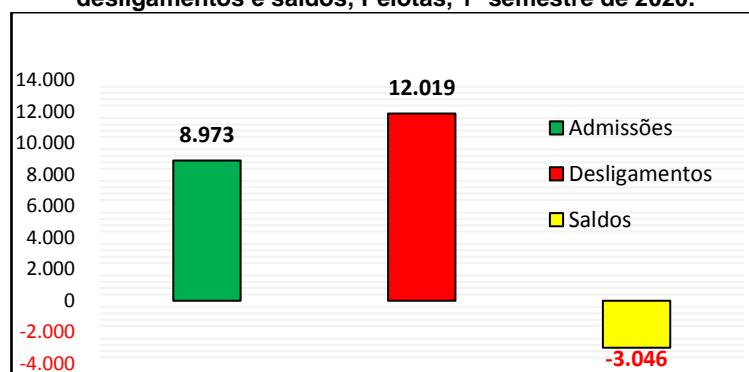
É através dos dados e variáveis presentes no Novo CAGED que são elaborados os boletins informativos e outros materiais produzidos pelo Observatório Social do Trabalho. São esses dados que foram utilizados para desenvolvimento deste trabalho. Mesmo não sendo contabilizados os trabalhadores autônomos e aqueles sem registro em carteira de trabalho, os resultados aqui obtidos já são suficientes para dimensionar o impacto da crise sanitária da pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho em Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados do Novo CAGED, a movimentação do emprego formal celetista, regido pela CLT, em Pelotas, apresentou um saldo negativo de -3.046 vínculos no primeiro semestre de 2020. No período de janeiro a junho de 2020, ocorreram 8.973 admissões e 12.019 desligamentos, conforme o Gráfico 1. O baixo número de admissões e, em contrapartida, o alto volume de desligamentos vão configurar o saldo negativo do mercado celetista nesse período. A taxa de variação do emprego em Pelotas, nesse período, foi de -4,98%. Essa taxa é superior àquelas apresentadas pela média brasileira (-3,09%) e gaúcha (-3,76%), o que revela que a pandemia teve um impacto mais acentuado nesse município fortemente alicerçado nas atividades de comércio e serviços, as mais impactadas pela crise.

Vale registrar, ainda, que a pandemia da Covid-19 e as medidas de isolamento se intensificaram no Brasil a partir do final do mês de março, o que se reflete nos indicadores de emprego. Nesse período, a partir de março até junho de 2020, registra-se uma perda acumulada de 2.436 vínculos de emprego formal celetista no município.

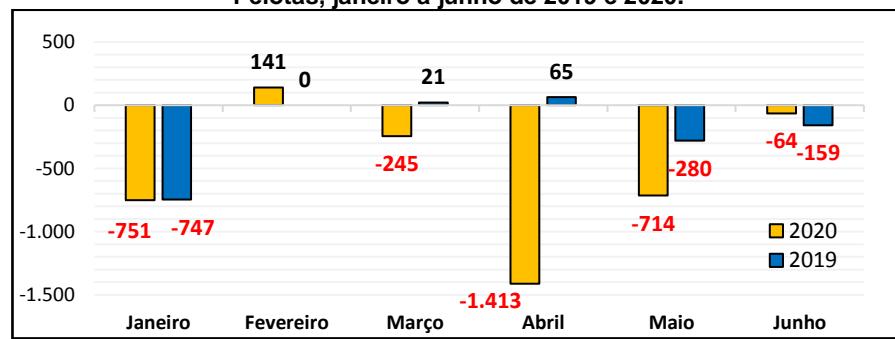
Gráfico 1 - Movimentação do emprego celetista, admissões, desligamentos e saldos, Pelotas, 1º semestre de 2020.



Fonte: Novo CAGED.

Conforme o Gráfico 2, comparando-se o primeiro semestre de 2020 com o ano de 2019, observa-se o quanto foi significativo o impacto da crise sanitária sobre o emprego formal. No início do ano, observam-se saldos negativos em janeiro, em ambos os anos e em valores similares, o que decorre das características sazonais da economia local, isto é, das demissões decorrentes das contratações ocorridas no final do ano anterior. Em fevereiro observa-se uma melhora nos saldos, sendo que em 2019 (zero vínculos) o desempenho foi pior que em 2020 (+141 vínculos). Já a partir de março, início da pandemia, observa-se o comportamento discrepante entre os dois anos, com saldos negativos acentuados em 2020.

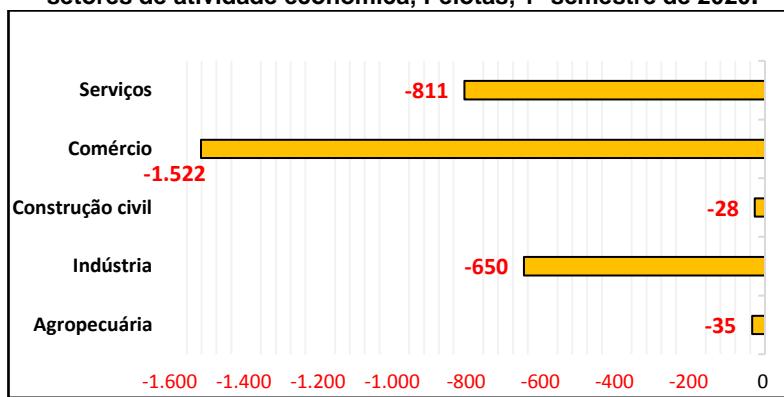
Gráfico 2 - Evolução mensal dos saldos do emprego, Pelotas, janeiro a junho de 2019 e 2020.



Fonte: Novo CAGED.

Analisando o Gráfico 3, que trata da movimentação do emprego nos setores de atividade econômica, constatamos que os setores do comércio (-1.522 vínculos) e o de serviços (-811 vínculos), seguidos pela indústria (-650 vínculos) são responsáveis por puxar o valor negativo do saldo semestral. Comércio e serviços juntos são responsáveis por ¾ das perdas no mercado de trabalho local, correspondendo a 50% e 26,6%, respectivamente. Esses dados revelam a relevância desses setores na economia local, os respectivos trabalhadores sendo os mais impactados pela pandemia da Covid-19. A indústria também apresenta uma participação importante nas perdas de emprego, de 21,3%.

Gráfico 3 - Saldo da movimentação do emprego por grandes setores de atividade econômica, Pelotas, 1º semestre de 2020.



Fonte: Novo CAGED.

4. CONCLUSÕES

Levando em consideração os dados e informações analisados acima, constata-se o quanto o mercado de trabalho local de Pelotas foi impactado pela crise sanitária. Conclui-se também a relevância presente na atividade de monitoramento e estudo do mercado de trabalho em nossa sociedade. As atividades de extensão e monitoramento realizadas pelo Observatório Social do Trabalho, neste sentido, tornam-se ferramentas importantes para produzir diagnósticos precisos sobre a realidade local e para subsidiar a formulação de políticas públicas de enfrentamento dos problemas decorrentes do mundo do trabalho. O estímulo ao diálogo entre os atores sociais e o debate público também podem se apresentar como ferramentas na busca de alternativas para os problemas identificados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGED. **Programa da Disseminação das Estatísticas do Trabalho**, Ministério do Trabalho Emprego. Acesso em 18 de setembro de 2020. Online. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

VARGAS, F. E. B.; **Emprego e Desenvolvimento Regional**. ABET v. XI n. 2 de jul/dez de 2012.

COMIN, A. A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960 – 2010. In: ARRETCHÉ, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. Cap.13, p.367-394.